



ÁGUA BRANCA PREV

CNPJ 05.110.021/0001-83
Rua Jorge Elias Hitte, 276, Centro – Águia Branca/ES – 29.795-000



IDENTIFICAÇÃO: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca
EXERCÍCIO: 2022

RELATÓRIO DETALHADO DO PLANO DE CUSTEIO E DE BENEFÍCIOS DO RPPS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2022

O Plano de Custeio do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca vigente no exercício de 2022 está estabelecido na Lei Municipal nº 522/2002, de 17/05/2002, e compreende as seguintes receitas:

PLANO DE CUSTEIO				
Receita	Alíquota %	Fundamentação Legal		
		Nº Lei	Data Lei	Artigo da Lei
Segurados	14%	522/2002 alterada pela	17/05/2002	3º
		Lei nº 1.687/2022	18/02/2022	1º
Patronal*	16,84%*	522/2002 alterada pela	17/05/2002	4º
		Lei nº 1.687/2022	18/02/2022	2º
Custo Especial	26,50%	Lei nº 1.687/2022	18/02/2022	3º

*Taxa de administração de 2,50% em conformidade com a Lei Municipal nº 1.671/2021.

Já o Plano de Benefícios do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca vigente no exercício de 2022 está estabelecido na Lei Municipal nº 523/2002, de 17/05/2002, e compreende os seguintes benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS			
Benefício	Fundamentação Legal		
	Nº Lei	Data Lei	Artigo da Lei
Aposentadoria (Segurado)	523/2002	17/05/2002	Art. 17, inciso I, alíneas "a" a "d"
Pensão (Dependente)	523/2002	17/05/2002	Art. 17, inciso II, alíneas "a" e "b"

Águia Branca/ES, 31 de dezembro de 2022.

GILVANI PEREIRA
ROSA:099828527
79

Assinado de forma digital
por GILVANI PEREIRA
ROSA:09982852779
Dados: 2023.03.07
15:07:45 -03'00'

GILVANI PEREIRA ROSA
Diretor-Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 522 /2002

**INSTITUI O PLANO DE CUSTEIO DO
REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA-ES, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA
BRANCA, Estado do Espírito Santo, faço
saber que a Câmara Municipal aprovou e
eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º. O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca-ES, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, destina-se a assegurar a cobertura dos benefícios de aposentadoria e pensão na forma de lei específica.

Art. 2º. O Plano de Custeio do Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Águia Branca-ES será financiado mediante recursos provenientes do Município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações e das contribuições sociais obrigatórias dos segurados ativos, inativos e pensionistas, além de outras receitas que lhe forem atribuídas

Parágrafo único. As contribuições do Município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações, bem como a do pessoal ativo, inativo e pensionistas somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários de que trata esta Lei, ressalvadas as despesas administrativas previstas no artigo 6º, inciso VIII da Lei 9.717, de 27.11.98.

Art. 3º. A contribuição mensal dos segurados será de 11% (onze por cento), para a manutenção do regime de previdência de que trata esta Lei, será de 11% (onze por cento), incidente sobre a base de cálculo das contribuições, conforme previsto em lei, como também sobre a gratificação natalina.

Art. 4º. A contribuição mensal do Município através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações para a manutenção do regime de previdência social de que trata esta Lei, será de 11% (onze por cento).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 5º. A contribuição mensal do Município através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações, é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º. O Município é responsável pelo pagamento dos benefícios concedidos até a data de entrada em vigor desta Lei e daqueles cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados até esta data, bem como pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime de previdência de que trata esta Lei.

Parágrafo único Eventuais insuficiências financeiras do regime de previdência de que trata esta Lei poderão, quando for o caso, ser financiadas em até 35 (trinta e cinco) anos.

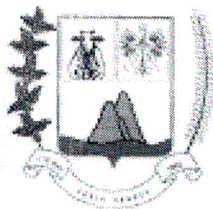
Art. 7º. A sobrecarga para custeio administrativo do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Águia Branca-ES será de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração dos servidores do Município.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês seguinte ao nonagésimo dia daquela publicação, sendo mantida, até essa data, a obrigatoriedade dos recolhimentos praticados na forma da legislação anterior.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca-ES , em 17 de maio de 2002.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.687/2022

DISPÕE SOBRE A REAVALIAÇÃO ATUARIAL/2022, INSTITUI O PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL, MANTÉM A ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDA PELO MUNICÍPIO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, BEM COMO MANTÉM A ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDA PELO SEGURADO.

O Prefeito Municipal de Águia Branca, Estado do Espírito Santo, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A contribuição previdenciária de responsabilidade do Segurado relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários, necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 14,00% (quatorze inteiros por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 2º - A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 16,84% (dezesseis inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Art. 3º - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela anexa a esta Lei.

Art. 4º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 5º - Ficam homologados os resultados do Relatório de Reavaliação Atuarial nº 1.707, realizada em 17 de janeiro de 2022 (2ª versão).

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca-ES, em 18 de fevereiro de 2022.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO I - TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Lei 1.687/2022

PERÍODO	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO Custo Suplementar	C.S. *
0		(37.593.126,58)				
1	2022	(37.577.449,22)	15.677,36	1.808.229,39	1.823.906,74	26,50%
2	2023	(37.542.778,72)	34.670,50	1.807.475,31	1.842.145,81	26,50%
3	2024	(37.488.019,11)	54.759,61	1.805.807,66	1.860.567,27	26,50%
4	2025	(37.396.908,14)	91.110,97	1.803.173,72	1.894.284,69	26,71%
5	2026	(37.267.086,28)	129.821,86	1.798.791,28	1.928.613,14	26,93%
6	2027	(37.096.069,44)	171.016,84	1.792.546,85	1.963.563,69	27,14%
7	2028	(36.881.242,76)	214.826,68	1.784.320,94	1.999.147,62	27,36%
8	2029	(36.619.854,13)	261.388,63	1.773.987,78	2.035.376,41	27,58%
9	2030	(36.309.007,38)	310.846,75	1.761.414,98	2.072.261,74	27,80%
10	2031	(35.945.655,13)	363.352,25	1.746.463,25	2.109.815,51	28,03%
11	2032	(35.526.591,31)	419.063,82	1.728.986,01	2.148.049,83	28,25%
12	2033	(35.048.443,31)	478.148,00	1.708.829,04	2.186.977,04	28,48%
13	2034	(34.507.663,74)	540.779,57	1.685.830,12	2.226.609,69	28,71%
14	2035	(33.900.521,79)	607.141,95	1.659.818,63	2.266.960,58	28,94%
15	2036	(33.223.094,19)	677.427,60	1.630.615,10	2.308.042,70	29,17%
16	2037	(32.471.255,70)	751.838,49	1.598.030,83	2.349.869,32	29,41%
17	2038	(31.640.669,17)	830.586,53	1.561.867,40	2.392.453,93	29,64%
18	2039	(30.726.775,10)	913.894,07	1.521.916,19	2.435.810,26	29,88%
19	2040	(29.724.780,69)	1.001.994,41	1.477.957,88	2.479.952,30	30,12%
20	2041	(28.629.648,36)	1.095.132,33	1.429.761,95	2.524.894,28	30,37%
21	2042	(27.436.083,74)	1.193.564,62	1.377.086,09	2.570.650,71	30,61%
22	2043	(26.138.523,02)	1.297.560,72	1.319.675,63	2.617.236,34	30,86%
23	2044	(24.731.119,77)	1.407.403,25	1.257.262,96	2.664.666,21	31,10%
24	2045	(23.207.731,03)	1.523.388,74	1.189.566,86	2.712.955,60	31,35%
25	2046	(21.561.902,80)	1.645.828,24	1.116.291,86	2.762.120,10	31,61%
26	2047	(19.786.854,76)	1.775.048,04	1.037.127,52	2.812.175,56	31,86%
27	2048	(17.875.464,34)	1.911.390,42	951.747,71	2.863.138,14	32,12%
28	2049	(15.820.249,91)	2.055.214,43	859.809,83	2.915.024,26	32,37%
29	2050	(13.613.353,26)	2.206.896,65	760.954,02	2.967.850,67	32,64%
30	2051	(11.246.521,15)	2.366.832,12	654.802,29	3.021.634,41	32,90%
31	2052	(8.711.085,99)	2.535.435,15	540.957,67	3.076.392,82	33,16%
32	2053	(5.997.945,66)	2.713.140,34	419.003,24	3.132.143,57	33,43%
33	2054	(3.097.542,20)	2.900.403,46	288.501,19	3.188.904,64	33,70%
34	2055	160,37	3.097.702,57	148.991,78	3.246.694,35	33,97%
35	2056	-	-	-	-	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.671/2021

Publicado no Quadro de avisos,
no Átrio da Prefeitura Municipal
de Águia Branca - ES

Em, 09 / 12 / 2021

Guilherme P. Leoni

**DÁ NOVA REDAÇÃO A LEI COMPLEMENTAR Nº 523/2002
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUIA BRANCA, Estado do
Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou
e ele sanciona a seguinte lei:**

Art. 1º. Esta Lei complementar trata sobre a taxa de administração devida ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca – Águia Branca Prev, para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social no âmbito do Município de Águia Branca.

Art. 2º. O art. 83 da Lei Complementar nº 523/2002 de 17 de maio de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 83. O valor anual da taxa de administração será de até 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor total das remunerações de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, com base no exercício anterior e cujos recursos serão destinados exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social.

§ 1º. Na verificação do limite percentual definido no caput, não serão computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º. Fica autorizado o acréscimo de 20% (vinte inteiros por cento) sobre o valor anual da taxa de administração, para as despesas destinadas exclusivamente à obtenção e manutenção da certificação institucional no Pró-Gestão RPPS e a certificação e manutenção profissional de dirigentes e conselheiros.

§ 3º. Fica o Instituto Águia Branca Prev autorizado a constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração.


§ 4º. Fica autorizada a reversão dos saldos remanescentes dos recursos destinados à Reserva Administrativa, apurados ao final de cada exercício, para pagamento dos benefícios do RPPS, mediante prévia aprovação do Conselho Deliberativo.

Art. 3º. A obrigação criada por esta Lei Complementar será considerada no momento da elaboração dos orçamentos do ente e do órgão acima referidos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca/ES, 09 de dezembro de 2021


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL